



Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais
TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das
DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)

A INFLUÊNCIA DO PODER NORTE-AMERICANO DO GOVERNO NIXON
NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Nome da Estudante: GABRIELA BERTOLE DOS SANTOS

Nome do Orientador(a): PROF. DR. JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE

Ano de Depósito: 2021

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar o papel do Estado norte-americano no desenvolvimento do Sistema Financeiro Internacional durante o governo de Richard Nixon (1969-1974), com enfoque no fortalecimento do sistema financeiro dos Estados Unidos propriamente dito. Neste contexto, será tomado como pano de fundo o rompimento do governo norte-americano com o Regime de *Bretton Woods* seguido pela instalação do padrão dólar puro no Sistema Monetário Internacional. A respeito da política empreendida por Nixon, observaremos sua atuação na reforma monetária internacional, na implementação e consolidação do Regime Dólar-*Wall Street*, bem como na transferência das relações financeiras internacionais do domínio dos bancos centrais para operadores financeiros privados, e sua atuação nas políticas de Energia, Comunicações e Segurança, para atingimento deste objetivo.

ABSTRACT

This research aims to analyze the role of the American State in the development of the International Financial System during the government of Richard Nixon (1969-1974), with a focus on strengthening the financial system of the United States itself. In this context, the US government's break with the Bretton Woods regime will be taken as a backdrop, followed by the installation of the pure dollar standard in the International Monetary System. Regarding the policy undertaken by Nixon, we will observe his role in international monetary reform, in the implementation and consolidation of the Dollar-Wall Street Regime, as well as in the transfer of international financial relations from the domain of central banks to private financial operators, and his role in policies Energy, Communications and Security, to achieve this goal.

PALAVRAS CHAVE Estados Unidos; Nixon; Mercado Financeiro; Dólar; *Wall Street*; Guerra Fria.

KEYWORDS: United States; Nixon; Financial Market; Dollar; *Wall Street*; Cold War.

SUMÁRIO

- 1- INTRODUÇÃO
- 2- PROBLEMA DE PESQUISA
- 3- OBJETIVOS
- 4- HIPÓTESES
- 5- JUSTIFICATIVA
- 6- MARCO TEÓRICO DE REFERÊNCIA
- 7- METODOLOGIA
- 8- CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO
 - 8.1- A QUEDA DE *BRETTON WOODS*
 - 8.2- CONTEXTO SOCIO-ECONÔMICO NORTE-AMERICANO
 - 8.2.1 – MERCADO FINANCEIRO
 - 8.3-A GUERRA DO VIETNÃ
 - 8.4- CONTEXTO ENERGÉTICO
- 9-NOVAS DIRETRIZES DO GOVERNO NIXON
 - 9.1- O NOVO REGIME DÓLAR-WALL STREET
 - 9.2- POLÍTICA ENERGÉTICA E FINANÇAS

9.3- POLÍTICA MILITAR, INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA

9.4- TELECOMUNICAÇÕES

10- O LEGADO DE NIXON NAS FINANÇAS GLOBAIS

11-CONCLUSÃO

12-REFERÊNCIAS

1- INTRODUÇÃO

Diante do declínio do Sistema *Bretton Woods* no início da década de 1970, o governo norte-americano precisou reinventar-se para manter sua posição hegemônica no Sistema Internacional¹. É neste cenário que o Governo de Nixon encontra um meio de reforçar a hegemonia norte-americana mudando suas diretrizes governamentais na área de finanças, promovendo a transformação do sistema monetário internacional em um regime padrão dólar, e, por conseguinte, reforçando o domínio do dólar e de *Wall Street* no sistema financeiro internacional. O objetivo principal desta pesquisa é explorar o papel do governo norte-americano de Nixon no desenvolvimento do mercado financeiro internacional, a partir de seus próprios interesses estatais. É importante destacar a inexistência de um mercado financeiro internacional, unificado, e totalmente integrado, ocorrendo, na realidade, a coexistência de mercados financeiros compartimentalizados aos níveis nacional e internacional, com barreiras reguladoras e protecionistas, criadas justamente para evitar uma total unificação. Ao longo da pesquisa, a menção ao mercado financeiro internacional, ou ao sistema financeiro internacional, diz respeito às ligações entre as praças financeiras de Nova York e Londres e demais centros financeiros internacionais, não por haver uma unificação, mas por constituir uma densa rede entre os operadores internacionais, movimentando intensos fluxos de operações e grandes volumes de capitais.

Ao longo desta pesquisa, exploraremos o contexto do período para compreender as motivações do governo Nixon na definição de suas políticas governamentais, para então listar as novas diretrizes tomadas em sua gestão, e, em seguida observar seus efeitos para o desenvolvimento do sistema financeiro internacional como conhecemos hoje. Além disso, a pesquisa propõe-se a entender os reflexos do desenvolvimento e

¹ De acordo com Marcel Merle (1981), conforme citado por Cristiana Soreanu Pecequilo (2012, p.37-38), “o Sistema Internacional (SI) é o meio onde se processam as relações entre os diferentes atores que compõem e fazem parte do conjunto das interações sociais que se processam na esfera do internacional, envolvendo seus atores, acontecimentos e fenômenos”.

transformação do sistema financeiro norte-americano no desenvolvimento e evolução dos sistemas financeiros dos demais países, bem como investigar sua influência na condução e estruturação destes demais sistemas.

O colapso dos pilares centrais do Regime *Bretton Woods* no início da década de 1970 foi muitas vezes apresentado, tanto nos Estados Unidos como em outros países, como uma espécie de derrota para um capitalismo americano enfraquecido, envolvendo a queda da sua favorecida ordem monetária internacional e um deslizamento em direção a um caótico “não-sistema”. Mas a realidade era muito diferente. O Governo Nixon estava determinado a romper uma série de disposições institucionalizadas, que limitavam o domínio dos Estados Unidos na política monetária internacional, de modo a estabelecer um novo regime que lhe daria um poder monocrata sobre os negócios monetários internacionais. O capital dos Estados Unidos estava realmente sendo desafiado por seus rivais capitalistas em mercados de produção na época. A quebra do Sistema *Bretton Woods* era parte de uma estratégia para restaurar o domínio dos capitais americanos, transformando o Sistema Monetário Internacional em um Regime de Padrão Dólar.²

Com relação aos novos pilares estruturantes do sistema financeiro norte-americano, observaremos: o fortalecimento dos bancos privados frente aos bancos centrais, e a conseguinte repercussão na expansão das operações financeiras privadas em nível internacional; a manipulação do preço do petróleo a favor dos interesses financeiros norte-americanos; a progressiva desregulamentação do sistema financeiro americano em paralelo às atividades offshore em Londres, e sua influência sobre os ambientes regulatórios dos demais Estados; a expansão da concessão de crédito para tomadores internacionais, e por fim a maior interação entre as praças financeiras internacionais, principalmente no circuito *Wall Street* e *City Londrina*. Neste sentido, será esclarecido como o Regime Dólar-*Wall Street* estimulou as atividades entre os sistemas financeiros internacionais, aprofundando seu relacionamento e seu desenvolvimento, e subjugando os demais sistemas aos interesses norte-americanos. A hegemonia de *Wall Street* também será explicada ao longo do artigo, bem como o *modos operandi* do novo regime, que posicionou os Estados Unidos, o dólar, e sua principal praça financeira no centro do Sistema Financeiro Internacional.

2- PROBLEMA DE PESQUISA

² GOWAN, Peter. A Roleta Global. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003, p. 45

Esta pesquisa tem como problema investigar a possível influência do Governo Nixon no desenvolvimento do Sistema Financeiro Internacional, a partir do próprio desenvolvimento do sistema financeiro norte-americano fortalecido pelo Regime Dólar-*Wall Street*, pela desregulamentação bancária, pela permeabilidade do dólar na economia mundial, e pela hegemonia de *Wall Street* frente aos demais centros financeiros internacionais.

3- OBJETIVOS

Como objetivo geral, a pesquisa propõe-se a analisar **a influência da geopolítica americana no desenvolvimento do Sistema Financeiro Internacional**. Neste sentido, observaremos o poder político norte-americano utilizando sua posição hegemônica para viabilizar a evolução e desenvolvimento do Sistema Monetário e Financeiro Internacional, a partir de um forte intervencionismo estatal aliado ao poder e interesses do grande Capital, coordenando os assuntos de finanças juntamente com outras frentes como energia, política externa, segurança e comunicações.

Como objetivo específico, foca na análise das **políticas de Estado do Governo Nixon**, a partir do Regime Dólar-*Wall Street* e da liberalização dos sistemas bancários privados anglo-americanos, que determinaram a construção do Sistema Financeiro Internacional como temos hoje.

4- HIPÓTESES

A primeira hipótese leva em consideração que **o Sistema Dólar-*Wall Street* reforçou a hegemonia norte-americana no sistema monetário internacional**, uma vez que transformou o sistema monetário internacional em um regime padrão dólar, instituindo o dólar como moeda de troca no comércio internacional, e obrigando todos os países a obterem reservas desta moeda, por conseguinte.

A segunda hipótese é a de que **a liberalização do Sistema Financeiro Norte-americano viabilizou o desenvolvimento do Sistema Financeiro Internacional**, uma vez que fortaleceu a permeabilidade do mercado financeiro americano nos demais sistemas financeiros nacionais, seja permitindo a concessão de crédito que forma mais livre, seja aumentando a pressão competitiva frente aos demais sistemas.

Por fim, a terceira hipótese refere-se ao **papel central das políticas de Energia, de Segurança e Comunicações Americanas no desenvolvimento do sistema financeiro interno americano, e internacional**. A partir do controle das fontes de petróleo, os EUA foram capazes de fortalecer os bancos privados em detrimento dos bancos centrais, a partir da reciclagem dos petrodólares, produto do endividamento dos demais países frente à manipulação do preço deste produto. Com o controle do preço do dólar internacional (e, por conseguinte, do câmbio dos demais países), e com o controle do preço da principal matriz energética do período, os EUA tornam-se então capazes de produzir crises e endividamentos, obrigando os demais países a tomarem empréstimos com seus bancos privados.

5- JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa busca contribuir no estudo das origens do mercado financeiro que temos hoje, e, sobretudo, para identificar no papel importante que a geopolítica americana exerceu no desenvolvimento dos sistemas financeiros internacionais.

6- MARCO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

A pesquisa será baseada na leitura de autores especializados no tema de financeirização, dolarização, e poder americano, adotando como maior referência às contribuições de Peter Gowan na sua obra “A Roleta Global”, estudo muito convergente com o mote desta pesquisa, uma vez que foca no papel de Estado Norte-americano, sobretudo do Governo de Nixon, no desenvolvimento do sistema financeiro americano, e sua influência nos sistemas financeiros internacionais. Em “A Roleta Global”, é possível mapear o passo a passo da política de Nixon dedicada ao desenvolvimento do sistema financeiro e monetário americano, que extrapola para um nível internacional, servindo à sua estratégia hegemônica de domínio financeiro.

Outra obra que será muito explorada nesta pesquisa será “O Poder Americano”, organizado por José Luís Fiori, uma série editorial de diversos autores, que serve para compreender os fundamentos da hegemonia norte-americana, e a mobilização de diversas frentes como energia, comunicações, segurança em convergência com seus interesses econômicos e financeiros, principal pilar de sua estratégia que o consolida como grande *hegemon*.

Já o livro “O Mito do Colapso do Poder Americano”, reúne três artigos dos autores José Luís Fiori, Carlos Medeiros e Franklin Serrano, trazendo uma visão alternativa às crises político-econômicas vividas pelos Estados Unidos no século XXI. A ideia dos autores seria a de que existe uma mudança estrutural em andamento que possui como pano de fundo a corrida imperialista, mas que não ameaça, de fato, a hegemonia norte-americana. Esta obra desmistifica as teorias sobre as fragilidades e possível colapso da economia dos Estados Unidos, detalhando suas vantagens frente ao sistema de dólar puro flexível.

7- METODOLOGIA

Como já explorado no Marco Teórico de Referência, a principal metodologia utilizada será a de Revisão Bibliográfica, a partir da leitura de diversos autores que dialogam com a temática que a pesquisa se propõe a analisar.

Neste sentido, o trabalho será feito a partir do levantamento de dados, sistematização de análises previamente realizadas sobre a financeirização, a dolarização e o papel norte-americano neste fenômeno, pressupostos teóricos publicados por meios escritos e eletrônicos, em livros, artigos científicos e outros recursos.

Além disso, será feito o uso de tabelas e gráficos que demonstrem a evolução do Sistema Financeiro Internacional, a partir da intensificação do relacionamento de operadores financeiros privados cada vez mais globalizados.

8- CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO

Para compreender as motivações das políticas implementadas durante o Governo Nixon, que influenciaram na evolução do Sistema Financeiro Internacional, é importante relembrar qual era o contexto do período, como as características do Regime Monetário Internacional em curso, o pano de fundo socioeconômico americano nos últimos anos da década de 1960, e suas investidas militares de represália às ofensivas soviéticas na Ásia, em especial sua participação na Guerra do Vietnã.

8.1 – A QUEDA DE *BRETTON WOODS*

Adotado ao final da II Guerra Mundial, a partir da preocupação das grandes potências sobre a ausência de controle de movimentos financeiros internacionais e a possível

desestabilização da economia internacional, o Sistema Monetário Internacional de *Bretton Woods* vigorou desde 1944, facilitando o comércio entre diferentes países, e suas distintas moedas, instituindo uma única moeda como indexadora, o dólar lastreado em ouro. O câmbio era baseado nos números da Balança Comercial de cada país, valorizando a respectiva moeda quando a conta era positiva, “superavitária” e desvalorizando quando “deficitária”. A partir deste momento, o dólar, tornou-se a principal moeda internacional, a mais demandada para fins comerciais e para construção de reservas cambiais nos demais países, reforçando o lugar de destaque que os EUA já ocupavam no Sistema Internacional no período Pós Guerra.

Durante a celebração dos acordos de *Bretton Woods*, foram criados o FMI (Fundo Monetário Internacional), idealizado como um fundo de estabilização internacional e o Banco Mundial, voltado para o financiamento da reconstrução da Europa Ocidental no pós II Guerra. Apesar de sua idealização como fundo estabilizador, que originalmente deveria supervisionar o funcionamento do sistema monetário, proporcionar empréstimos a países endividados e estimular políticas expansionistas nos países superavitários, para o equilíbrio da balança comercial dos deficitários, o FMI, financiado com recursos das grandes potências econômicas, e sem qualquer *enforcement* sobre a direção das políticas econômicas dos superavitários, acabou por limitar-se à recomendação de políticas austeras e contracionistas às economias deficitárias, às quais condicionavam o aporte de empréstimos. Seu viés anti-inflacionário, em consonância com as normas regulatórias aos fluxos de capitais e de estímulo à políticas protecionistas impostas por *Bretton Woods*, geraram algumas contradições com a política inflacionária conduzida pelo governo americano a partir da década de 1960, contribuindo para o rompimento dos Estados Unidos com este regime.

Apesar das vantagens que os norte-americanos levavam frente aos demais com este regime, *Bretton Woods* ruiu em 1971, sendo os próprios EUA os primeiros a abandoná-lo. Este fato se explica pela governança de forte caráter regulador deste sistema, seja concedendo direito ao controle à nível nacional do fluxo de capitais financeiros, possibilitando que os Estados restringissem a captura de recursos para atividades produtivas, em detrimento do investimento de portfólio - coibindo a atividade de operadores financeiros privados na movimentação de recursos para fora de suas fronteiras- de forma que a evolução e expansão do setor financeiro local ficavam totalmente condicionadas à agenda de desenvolvimento econômico de seu respectivo país; seja conferindo o direito à liquidez de dólar em ouro, assegurando a países com

reservas nesta moeda a possibilidade de trocar o papel pelo ouro, ou seja, incumbindo os EUA a garantir o lastro do dólar em reserva de ouro – o que de fato foi cumprido pela *Federal Reserve* até seu rompimento com esta ordem.

Levando em consideração a estratégia geopolítica adotada pelos EUA de reconstrução econômica de seus aliados no período Pós Guerra, a crescente concorrência mercantilista europeia e japonesa, a permissão à desvalorização cambial de aliados bem como a tolerância com tarifas protecionistas dos mesmos, a disputa militar-tecnológica com a União Soviética durante toda a Guerra Fria e seus gastos com a OTAN³, a interminável e onerosa Guerra do Vietnã, bem como o patrocínio ao desenvolvimento a convite do Japão, Coreia do Sul e Taiwan (o que incluía não apenas os financiamentos e empréstimos, mas até mesmo missões de transferência tecnológica)- como resposta à Revolução Chinesa-, é possível visualizar como a balança comercial norte-americana passou de superavitária para deficitária em 1971. Mediante à resolução de *Bretton Woods* que garantia a conversibilidade do dólar em ouro, os EUA começaram a somar mais passivos (dívidas) que reservas em ouro, conflitando diretamente com o princípio de que o dólar deveria ser a moeda indexadora, e portanto, a única que não deveria evitar oscilações de valor na sua paridade com o ouro, pois uma desvalorização geraria uma falta de credibilidade capaz de colapsar todo o sistema. Levando em consideração que as contas com ajuda externa, gastos militares no exterior, financiamentos e empréstimos a outros países, investimentos externos diretos, e importações, eram pagos em dólar, os EUA não precisaram derreter suas reservas em ouro, inclusive conseguindo compensar a saída de capitais de longo prazo pela entrada de capitais de curto prazo, por meio da venda massiva de títulos da dívida americana, mas por outro lado, o desequilíbrio entre reservas em papéis precificados em dólar e as reservas de ouro, era cada vez mais evidente, trazendo um risco crescente de liquidez. Como observado por Robert Gilpin, a impressão de dólar e a captação de crédito estrangeiro por meio da emissão de títulos, permitiram o custeio do orçamento militar:

Durante este período, os Estados Unidos conduziram sua política externa, em grande parte, a crédito, aproveitando seu papel de banqueiro mundial: emitiram moeda para financiar sua posição no mundo (...) A disposição de europeus e japoneses de emprestar, dinheiro aos Estados Unidos, estocando dólares inflacionados sob a forma de títulos do governo norte-americano, tornou possível manter seus compromissos militares na Europa Ocidental e em outros lugares (...) ⁴

³ Organização do Tratado do Atlântico Norte

⁴ GILPIN, Robert. *A Economia Política nas Relações Internacionais*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 158

Conforme dados do *United States Geological Survey*, citados por Gontijo (2019, p.46), “a produção mundial de ouro cresceu a um ritmo de 2,7% entre 1945 e 1970, sem que, contudo, os Estados Unidos conseguissem aumentar suas reservas do metal, devido aos seus déficits externos.”⁵

O ponto crucial do sistema era a garantia dada pelo governo norte-americano de manter o dólar conversível em ouro à razão de US\$ 35 por dólar. Enquanto esse compromisso foi mantido, e os outros países tinham confiança na economia dos Estados Unidos, o sistema funcionou. O dólar valia tanto quanto o ouro; na verdade, valia mais, e tornou-se em todo o mundo o principal meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Por duas décadas, a partir de 1959, a evasão de dólares dos Estados Unidos, em razão do déficit crônico do orçamento do país, serviu de combustível para a economia mundial. Depois veio a crise, e o sistema *Bretton Woods* entrou em colapso.⁶

Sob este pretexto, Nixon rompeu com *Bretton Woods* em 1971, declarou a não conversibilidade do dólar em ouro, e tomando várias medidas – as quais exploraremos mais adiante – para pressionar seus aliados na adesão ao novo Regime de Dólar Puro. Como observa Peter Gowan, este movimento revela-se muito mais como a identificação do momento certo para mudança de estratégia norte-americana, que o surgimento de uma crise hegemônica de fato:

(...) Havia, é claro, soluções óbvias para esse problema, de acordo com as regras de *Bretton Woods*: os Estados Unidos poderiam empreender os ajustes econômicos necessários para colocar seu déficit sobre controle – cortando os gastos militares externos e reduzindo as importações, talvez através de deflação interna – ou poderiam desvalorizar o dólar frente ao ouro, assegurando dessa forma que os países superavitários pudessem comprar menos ouro com seus dólares excedentes. Mas o governo Nixon não estava preparado para nenhum desses passos: preferiu em vez disso dissolver o Regime de *Bretton Woods*.⁷

A partir da ruptura americana com este regime, houve um descarte quase total das estruturas criadas durante seu vigor, permanecendo apenas o FMI, porém com um foco mais ideológico, pregando a cartilha neoliberal para países subdesenvolvidos, e limitando-se à concessão de empréstimos para países desenvolvidos. Esta estrutura passou a ser ainda mais instrumentalizada pelo poder americano na sua projeção de poder internacional, passando por uma reforma que enrijeceu ainda mais suas condicionalidades estruturais⁸, retirando autonomia dos governos nacionais que a ele submetem-se. Conforme conceituou Fernando Carvalho (2004, p.62), “o Fundo mudou

⁵ GONTIJO, Cláudio. A Nova Crise da Hegemonia Americana. Curitiba, Editora Appris, 2019; p.46

⁶ GILPIN, Robert. A Economia Política nas Relações Internacionais. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 155

⁷ GOWAN, Peter. A Roleta Global. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003, p. 41

⁸ Condições impostas aos países clientes para concessão de empréstimos

sua missão de monitor da estabilidade financeira internacional, que nunca pode exercer adequadamente, para orientador de estratégias de desenvolvimento (...).⁹ O Banco Mundial também continuou existindo, porém com participação menos significativa na condução da política monetária internacional.

O FMI e o Banco Mundial são os únicos sobreviventes da conferência de *Bretton Woods*. O sistema de câmbio fixo ajustável, acordado em 1944, ruiu no início dos anos 1970. A reconstrução europeia é história remota – e para qual, na verdade, o Banco Mundial acabou contribuindo pouco, suplantado por uma iniciativa muito mais eficaz: o Plano Marshall. A coordenação de políticas macroeconômicas, que se daria no âmbito do FMI, nunca foi efetivamente tentada, já que os países desenvolvidos nunca aceitaram realmente transferir o poder sobre as políticas econômicas domésticas para um organismo internacional. Promover a prosperidade internacional, a conquista do pleno emprego em todas as nações, mostrou-se um objetivo muito além do alcance das capacidades das instituições criadas em *Bretton Woods*.¹⁰

Após este período de rigorosa regulamentação dos fluxos financeiros, os EUA aproveitaram este momento de incômodo com a estrutura engessada de *Bretton Woods* para repensar sua forma de exercer hegemonia internacional, construindo então um novo sistema com foco na financeirização, transferindo o poder financeiro e creditício dos bancos estatais para os bancos privados, numa nova estratégia de domínio financeiro frente aos demais países, fomentando a desregulamentação financeira dentro e fora de suas fronteiras para acelerar este processo.

8.2- CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO NORTE-AMERICANO

A estabilidade socioeconômica norte-americana vivida no período pós-guerra, que perdurou até o final da década de 1960, era fruto não apenas do triunfo econômico deste país frente às antigas potências, que passavam por um processo de reconstrução, mas também da implementação de políticas estatizantes, voltadas para o aquecimento da demanda efetiva e pleno emprego. O principal artifício para ampliar o setor público e a oferta de empregos foi o investimento no empreendimento militar e no programa espacial, ambos justificados pela finalidade de vencer a Guerra Fria. Outro relevante fator para manutenção da estabilidade do cenário americano era seu domínio sobre o petróleo do Oriente Médio, o que garantia a manutenção dos preços dos barris até 1970.

⁹ CARVALHO, Fernando Cardim. *Bretton Woods aos 60 Anos*. Rio de Janeiro, Novos Estudos, 2004, p. 62

¹⁰ CARVALHO, Fernando Cardim. *Bretton Woods aos 60 Anos*. Rio de Janeiro, Novos Estudos, 2004, p. 62

Neste cenário, e economia norte-americana viveu um longo período de controle das taxas de juros nominais e da inflação, e elevação salarial, a partir de uma intensa atividade sindical.

Ao mesmo tempo, as baixas taxas de inflação seguiam o padrão da chamada inflação “rastejante”. Este tipo de inflação foi resultado do esforço da organização sindical e trabalhista que tentavam, mais do que questionar a distribuição funcional e as relações de poder vigentes, principalmente fortalecer (via mecanismos de solidariedade e justiça) a importância de se manter ou reduzir o leque de salários relativos.¹¹

O termo citado por Franklin Serrano, a inflação “rastejante”, retrata perfeitamente o cenário socioeconômico deste período: com a estabilidade dos juros e com a elevação salarial (promovida pelo movimento sindical), havia, em paralelo, um repasse do custo de mão de obra para o produto final, gerando uma baixa, e ao mesmo tempo constante, taxa de inflação. Havia neste movimento um claro efeito redistributivo, pois além da conquista salarial para o proletariado, existia uma pressão sobre a margem de lucro da classe proprietária, que também sentia os efeitos sobre o controle da taxa de juros.

Ao final da década de 1960, motivados pelas conquistas obtidas nas décadas passadas e acostumados com um cenário de estabilidade política e econômica, os trabalhadores, juntamente com sindicatos, e com a sociedade civil organizada não apenas dos EUA, mas do mundo todo, promoveram uma intensa campanha de contestação da ordem social, pedindo por vários direitos, entre eles a melhoria dos direitos sociais e trabalhistas, além de se posicionarem contra a participação americana na Guerra do Vietnã. Este movimento logrou em conquistar uma nova elevação salarial para a classe proletária, conhecida como “explosão salarial”. Contudo, desta vez, o aumento salarial foi substancialmente repassado para os preços, dado que as margens de lucro permaneciam congeladas pela estável taxa de juros, causando o aumento inflacionário. Em outra ponta, os detentores de ativos financeiros vinculados à estas atividades produtivas, assim como a classe proprietária, também tiveram seus lucros reduzidos.

Apesar da insatisfação das classes financeira e empresária com a compressão dos lucros, não houve uma queda do volume de investimentos privados na atividade produtiva, pois simultaneamente, com a elevação do poder aquisitivo do cidadão americano, cresceu junto à demanda efetiva. Na prática, apesar dos investimentos terem retornos mais baixos, a expansão do mercado consumidor compensava essa perda, mantendo a atratividade da economia americana para o mercado financeiro num primeiro momento.

¹¹ FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 189

No cenário interno, Nixon era pressionado a realizar uma desvalorização cambial do dólar, decorrência da alta inflacionária que comprometia a competitividade externa americana, além de enfrentar o déficit da balança comercial americana e a incompatibilidade com *Bretton Woods*, explorada no item anterior. Simultaneamente, ocorria uma onda de protestos por direitos civis e trabalhistas, herança do contexto anterior ao dele, que pediam pela elevação dos gastos sociais, dos salários, dos impostos sobre rendas e pela fim da participação americana na Guerra do Vietnã. Já no cenário externo, Nixon era desafiado pelo crescente avanço soviético (sobretudo na Ásia), pela onerosa e interminável Guerra do Vietnã, pela maior competitividade do comércio internacional e pela fuga de investimentos diretos, em virtude da redução da taxa de juros.

Diante deste novo momento do cenário socioeconômico norte-americano, o governo Nixon passou a formular uma nova estratégia nos âmbitos interno e externo, buscando reafirmar os EUA como potência hegemônica mundial.

8.2.1 – MERCADO FINANCEIRO

Como vimos no item sobre *Bretton Woods*, o sistema financeiro vivia o contexto da chamada “repressão financeira”, que limitava a movimentação do fluxo de capitais pelo mundo. Neste período, *Wall Street* e *City Londrina*, praças financeiras e expoentes do mercado financeiro internacional, encontravam-se insatisfeitos com as restrições impostas por este regime, e utilizavam de sua influência política para contestar suas estruturas.

O primeiro passo da globalização dos mercados financeiros foi dado muito antes da crise de 1971/73, com a criação do *Euromarket*, no final da década de 1950, com apoio decisivo do governo dos Estados Unidos e da Inglaterra. O mercado operava na praça de Londres, mas a presença dominante era a dos bancos e das grandes corporações americanas.¹²

A partir de 1960, a *City Londrina*, fortaleceu-se por meio dos mercados de Eurodólares¹³ e *Eurobonds*¹⁴. Paralelamente, bancos e empresas multinacionais americanas e londrinas driblavam os controles de *Bretton Woods* operando em fundos sem regulamentação fiscal, ao mesmo tempo fazendo repensar o sistema de taxas de câmbio fixas, que era abalado pela sua dinâmica. De acordo com Helleiner (1994),

¹² FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 92

¹³ Eurodólares eram depósitos de dólares em bancos europeus

¹⁴ *Eurobonds* trata-se da emissão de dívida precificada em uma moeda distinta do país autor da dívida

conforme citado por José Luís Fiori (2004, p.92) “De fato, em meados da década de 1960, as autoridades americanas estavam encorajando ativamente os bancos e as corporações para que fizessem suas operações no mercado *offshore* de Londres”.

Em 1961, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) também passou a defender a liberalização do mercado financeiro internacional, endossando esta mobilização das grandes potências, que justificava a liberalização como uma necessidade de proteção à autonomia econômica e estratégica dos países. Sob a influência deste movimento, sobretudo pela pressão concorrencial promovida por *Wall Street* e *City Londrina*, houve uma série de flexibilizações em outras praças mundo a fora, levando a um aumento da atividade financeira internacional.

Conforme veremos mais adiante, durante o Governo Nixon, a liberalização do mercado financeiro não serviria apenas como forma de viabilizar a sua expansão, mas viria a tornar-se o principal pilar de sua estratégia de domínio hegemônico, convergindo todas as pastas e agendas em torno deste objetivo.

8.3- A GUERRA DO VIETNÃ

Após a II Guerra Mundial, a estratégia norte-americana para vencer a Guerra Fria consistia na busca constante por armamentos superiores, numa disputa conhecida como corrida armamentista. Esta estratégia contava com um complexo industrial-tecnológico-militar, onde as inovações tecnológicas eram voltadas para o empreendimento militar, sendo então conduzidas por interesses estatais, e não pelas forças de mercado. Criou-se então um ambiente para justificar a elevação dos custos militares, e foram conectadas universidades, laboratórios estatais e a indústria, ampliando também as verbas destinadas à P&D, voltada para este fim. Por consequência, os EUA acabaram por produzir neste período inúmeras invenções e inovações, que foram adaptadas para uso civil posteriormente, como aconteceu com o desenvolvimento da informática e da aeronáutica.

Politicamente, a percepção de que os EUA estavam tecnologicamente atrasados na concorrência armamentista foi usada como argumento para fortalecer o orçamento militar e criar as coalizões políticas favorecedoras das inovações e da ruptura da inércia burocrática, aspectos decisivos para a construção de instituições adequadas ao esforço científico e tecnológico.¹⁵

¹⁵ FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p.. 234

Contudo, um fato histórico que influenciou os EUA na adoção de uma nova estratégia militar, fora sua frustrada participação na Guerra do Vietnã, sobretudo após seu envolvimento direto, durante o Governo de Lyndon Johnson, em 1968. As dificuldades enfrentadas em guerras localizadas mostraram que esta estratégia do armamento superior era insuficiente para dar conta das especificidades de alguns combates.

A presença militar americana, na região, cresce de forma lenta mas constante na década de 1950, e se acelera geometricamente na década de 1960 até o ataque ao Vietnã do Norte, em 1968. Foi um envolvimento contínuo e cada vez mais extenso, explicado pela necessidade de expansão permanente do poder hegemônico mundial, e pela sua intolerância a qualquer tipo de ameaça regional. A hegemonia mundial não interrompe o expansionismo, nem apazigua o *hegemon*, pelo contrário, é uma posição transitória que deve ser conquistada e mantida pela luta constante por mais poder, e neste sentido ela é autodestrutiva, porque o próprio *hegemon* quer se desfazer de suas limitações para alcançar a conquista completa do poder global. Por isso, o *hegemon* se transforma num desestabilizador da sua própria hegemonia e, neste sentido, não foi propriamente a Guerra do Vietnã que provocou a mudança de rumo na década de 1970, mas foi a própria “compulsão” expansiva de *hegemon* que o levou a uma derrota-passageira, sem, entretanto, afetar sua capacidade de iniciativa estratégica (...). Assim mesmo, não há dúvida que a derrota no Vietnã acabou se transformando num momento decisivo da trajetória da luta americana pelo poder global.¹⁶

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que a participação norte-americana na Guerra do Vietnã não se iniciou a partir do confronto direto de 1968, mas sim na década de 1950, quando os EUA financiaram o exército francês, que tentava impedir os vietnamitas de conquistarem sua independência. Seu posicionamento é entendido como uma reação aos avanços soviéticos na Ásia, especialmente representados pela Revolução Comunista na China (1949) e pela ofensiva da Coreia do Norte sobre a Coreia do Sul, durante a Guerra da Coreia (1950 – 1953).

Durante sua participação militar nesta guerra, os EUA interferiram no conflito entre Vietnã do Norte (comunista) e Vietnã do Sul (capitalista), atacando o Norte em conluio com seus aliados – unindo-se às forças do Vietnã do Sul-, para evitar que diante de uma unificação, o Sul se tornasse mais uma nação convertida ao comunismo. Utilizando um volume desproporcional de munição, além de artilharias tecnológicas muito superiores aos do inimigo, como desfolhantes (químico utilizado na destruição de plantações), Napalm (substância altamente inflamável, utilizada na produção de bombas), sensores eletrônicos, e principalmente aviões e helicópteros de última geração, (desenvolvidos para a recente da Coreia), os americanos disferiram constantes ataques aéreos. Já o exército Vietnamita do Norte, apoiado pela China, União Soviética, e outros Estados

¹⁶ FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 91

comunistas, a partir de seus conhecimentos sobre a geografia local, da sua prévia adaptação ao clima local, e de recursos escassos, organizaram uma guerra de guerrilha, formando pequenas unidades guerrilheiras que realizavam ataques surpresas, armadilhas, sequestros, entre outros estratégias. Apesar de sua superioridade tecnológica e militar, o exército americano saiu humilhado deste confronto direto, vencido pela guerrilha vietnamita, com tecnologia simples, e despesas militares infinitamente menores. De acordo com Kolko (1985), conforme citado por Carlos Aguiar Medeiros (2004, p.247), “Se na Guerra da Coreia o número de toneladas de munição por homem foi superior ao da II Guerra Mundial em oito vezes, na Guerra do Vietnã este número foi 26 vezes superior!”.¹⁷

Com este inesperado desfecho, o conflito comprovou que a estratégia norte-americana era ineficiente e, portanto, injustificadamente onerosa. Indignados com o orçamento público dispendido durante a guerra, bem como com as baixas dos soldados norte-americanos, e influenciados pelos movimentos de direitos humanos que denunciavam os crimes de guerra cometidos contra a população vietnamita durante a ocupação, surgiu nos EUA, uma onda de protestos que pedia pelo fim da Guerra do Vietnã. A insatisfação da população e a frustração da estratégia militar vigente levaram a uma crescente impopularidade do então presidente Johnson, que sequer concorreu às eleições ao final daquele ano.

Em virtude deste cenário, conforme veremos adiante, Nixon inicia seu governo com a missão de reposicionamento estratégico militar de orçamento mais limitado, estipulando uma nova dinâmica no complexo industrial-tecnológico-militar, e altera não apenas a atuação americana no Vietnã, mas também seu enfrentamento à União Soviética.

8.4- CONTEXTO ENERGÉTICO

Outro aspecto relevante para se entender o cenário internacional que Nixon enfrentaria, era o papel protagonista que o petróleo ocupava na geopolítica internacional, e sua relação íntima com a economia americana.

Recordando brevemente da ascensão do petróleo como principal fonte energética, temos como ponto de virada a I Guerra Mundial, quando a Inglaterra opta pela substituição do carvão por petróleo, como fonte energética militar, movimento intensificado com sua

¹⁷ FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 247

larga utilização durante a II Guerra Mundial, garantindo a vitória para os Aliados. Logo em seguida, a Inglaterra adquire sua primeira empresa petrolífera, a *British Petroleum*, ingressando neste aquecido mercado até então explorado apenas pelos norte-americanos e árabes.

Ao longo da Guerra Fria, este recurso foi cada vez mais valorizado nos âmbitos energético, financeiro e, portanto geopolítico. Devido ao aumento exponencial de sua empregabilidade, esta fonte energética tornou-se um *big business*, fazendo surgir grandes companhias, que operavam a extração e distribuição, e atuavam no financiamento e gerenciamento de grandes volumes de capital oriundas desta atividade. Por outro lado, com o aumento da exploração das petrolíferas, da maior concorrência entre produtores, e das reservas energéticas realizadas por diversos países, o preço do petróleo passou a despencar. Para organizar a produção e controlar o preço do combustível, ao longo da década de 1940, foram firmados contratos de concessão entre as petrolíferas e os países produtores, bem como acordos entre as petrolíferas.

Após a II Guerra Mundial, os EUA estabeleceram-se no Golfo Pérsico, dividindo o controle do Oriente Médio em conjunto com a Inglaterra. Aproveitando o descontentamento da Arábia Saudita em relação ao domínio imperial inglês na região, e à abertura concedida pelo governo saudita, os EUA instalaram empresas americanas na exploração direta de suas reservas.

O sentimento antibritânico dos árabes garantiu, com a benção do Departamento de Estado dos EUA, a exclusividade das concessões sauditas às grandes empresas americanas- Jersey (Esso); Socony (Mobil); Texaco e Socal (Chevron)- que ainda hoje são operadores dos campos sauditas.¹⁸

Rapidamente, o acesso a fontes petrolíferas tornou-se pauta de segurança nacional, levando a presença americana ao palco de vários conflitos no Oriente Médio. Neste mesmo período, os EUA, Inglaterra e URSS disputaram as reservas do Irã, levando a um acordo que estabeleceu o controle dos recursos pela estatal iraniana, mas que entregava a operação a um consórcio de empresas majoritariamente americanas.

A partir dos anos 1940, este cenário de oceano azul começou a mudar: pressões de novos entrantes deterioraram as margens das petrolíferas, negociadas nos contratos de concessão; a URSS torna-se o segundo exportador mundial, inundando o mercado com seu óleo. A queda dos preços dos barris de petróleo era inevitável neste cenário, fazendo com que Venezuela, Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait (responsáveis por 80% do abastecimento mundial de petróleo) fundassem, em 1960, a OPEP. A Organização dos

¹⁸ FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 315

Países Produtores de Petróleo, dali por diante, promoveu a organização deste mercado, bem como a sinergia entre a concorrência, a fim de controlar a oferta e os preços do petróleo no mercado internacional.

Veremos mais adiante como Nixon lidou com a crescente necessidade por petróleo, a partir do esgotamento da capacidade ociosa produtiva interna americana deste recurso, e como instrumentalizou a importância geopolítica do petróleo no cenário internacional para criar e implantar um novo regime monetário internacional, baseado nas finanças e propulsor da hegemonia norte-americana.

9- NOVAS DIRETRIZES DO GOVERNO NIXON

Dando sequência ao Governo de Lyndon Johnson, o Governo Nixon promoveu em seu primeiro mandato (1968-1971) a manutenção de uma agenda macroeconômica expansionista, controlando o desemprego a partir da expansão de gastos militares e sociais. Aplicando uma nova redução às taxas de juros nominais (medida que direcionava o fluxo de capital para a atividade produtiva), estimulou setores como a construção civil e a produção de bens duráveis. Em outra frente, sem dúvidas seu foco principal, atendeu aos interesses da elite empresarial que o colocara no poder, e conduziu a política econômica internacional sob a égide neoliberal, estimulando a desregulamentação financeira a nível nacional e internacional. Esta estratégia não servia apenas para provocar a insatisfação de outros Estados em relação ao câmbio fixo de *Bretton Woods* - pois a desregulamentação e a maior volatilidade do capital pressionariam o câmbio para baixo, conforme o capital, antes represado nas fronteiras nacionais dos países, passaria a migrar para praças financeiras mais atrativas -, mas também para derrubar os obstáculos protecionistas que se interpunham ao magnetismo que *Wall Street* exercia sobre capital. Em seu Relatório Econômico Presidencial ao Congresso Americano, Nixon (1973) defendeu, conforme citado por José Luís Fiori, que “os controles de capitais para fins de balanço de pagamentos não devem ser encorajados”.¹⁹ Stubbs e Underhill, sintetizam perfeitamente o raciocínio dos operadores financeiros internacionais frente à desregulamentação financeira, e a definição dos fluxos de capitais nesta nova ordem.

¹⁹ FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 92

The more “marketized” financial order, in combination with the liberalization of trade, permits owners of capital to seek their preferred investment climate among a variety of economies in terms of lower inflation, more advantageous interest rates, less restrictive rules on wage rates, hiring practices, and other aspects of government regulation.²⁰

Levando à frente suas diretrizes governamentais, Richard Nixon decreta unilateralmente, em 1971, a inconvertibilidade do dólar em relação ao ouro. Conforme observa Peter Gowan, este movimento conferiu grande poder, autonomia e inúmeras vantagens à economia norte-americana.

A decisão de agosto de 1971 de “fechar a janela do ouro” significava que os Estados Unidos não estavam mais sujeitos à disciplina de ter de tentar manter a paridade do dólar frente ao ouro ou nenhuma outra coisa: poderiam deixar o dólar se movimentar segundo os desejos do Tesouro dos Estados Unidos e apontavam na direção da remoção do ouro dos negócios monetários internacionais. A economia virou dessa forma em direção a um padrão dólar puro.²¹

Como era esperado, houve grande resistência por parte dos demais países na adesão do dólar puro em função das assimetrias que ela continha (exploraremos cada vantagem americana mais adiante), de forma que até mesmo os maiores parceiros econômicos dos EUA, como o Japão e países da Europa Ocidental, foram contrários à decisão americana. Conforme menciona Robert Gilpin, (2002, p.161), “A confiança do dólar estava sendo erodida rapidamente, perturbando os mercados de câmbio. O governo de Washington enfrentava pressões para converter em ouro dezenas de bilhões de dólares”²². Diante desta hostilidade, o governo Nixon apoiou a criação de uma conferência sobre a sua proposta de reforma econômica mundial, contando com o Grupo dos Vinte no âmbito do FMI, que se reuniu para tratar deste tema entre 1972 e 1974. Apesar do aparente esforço propositivo, da conferência, na verdade, Nixon tinha outra estratégia mais efetiva para forçar a adesão dos participantes da conferência à nova ordem monetária que havia idealizado.

Para concretizar seus planos, Nixon revolucionou a dinâmica das relações financeiras internacionais, que passou do domínio dos bancos centrais para o controle de operadores financeiros privados. Para isso, o governo americano pressionou a OPEP para que elevasse os preços do petróleo, evento que beneficiava o poder americano de diversas maneiras. A primeira vantagem, diz respeito à adesão dólar puro por seus

²⁰ STUBBS, Richard and UNDERHILL, Geoffrey R. D. *Political Economy and the Changing Global Order*. London, The Macmillan Press LTD, 1994, p. 154

²¹ GOWAN, Peter. A Roleta Global. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003, p. 46

²² GILPIN, Robert. A Economia Política nas Relações Internacionais. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002, p.161

aliados: com a elevação dos preços do petróleo, e sendo este recurso denominado em dólar no mercado internacional, consequentemente houve um enorme endividamento (em moeda americana) dos países importadores, ampliando a dependência destes em relação ao dólar. A segunda vantagem, foi a oportunidade que os bancos privados americanos tiveram de tornarem-se grandes credores internacionais, ampliando enormemente sua participação no mercado creditício, e atuando na reciclagem dos petrodólares²³. De fato, como conclui John Williamson (1977, p.37), “com a quadruplicação do preço do petróleo no outono de 1973, todos os participantes da conferência descobriram que o planejamento coletivo de uma nova ordem monetária internacional consensual estava morto e toda a negociação fracassada”.²⁴

Com muita perspicácia, Nixon previu que com a elevação do valor do barril de petróleo no mercado internacional, haveria um aumento das divisas em dólares nos países produtores, que provavelmente não seriam absorvidas internamente, criando uma oportunidade de absorção para o mercado financeiro americano, que então faria a reciclagem dos chamados petrodólares, transformando estes recursos captados em crédito para os países endividados. Para que esta estratégia funcionasse, Nixon também atuou na frente regulatória, derrubando os controles de capital em 1974. Esta medida garantiu a livre circulação dos fluxos financeiros nos âmbitos nacional e internacional, sendo imprescindível para que os demais países não tivessem autonomia para manter o controle das movimentações financeiras concentrado nos respectivos bancos centrais, transferindo grande poder às instituições financeiras privadas, que pautariam suas negociações não de acordo com os interesses estatais, mas sim, pelo mercado. Outra medida de caráter regulatório importante neste sentido, foi retirar o teto do valor de crédito que os bancos poderiam emprestar para tomadores. Conforme conclui Helleiner (1995), citado por Peter Gowan (2003, p.50) “a base da hegemonia americana estava sendo desviada de uma hegemonia do poder direto sobre os outros países para uma forma de poder mais baseada no mercado, ou ‘estrutural’”.²⁵

Inserido neste contexto da financeirização empreendida por Nixon, e contornando o problema da instabilidade da taxa de juros do período, surgem, em 1972, os primeiros

²³ Termo criado para referir-se às receitas em dólares, geradas da exportação de petróleo, com preço inflacionado pelo choque do petróleo de 1973.

²⁴ WILLIAMSON, John. *The Failure of International Monetary Reform, 1971-1974*. Sunbury-on-Thames, Middlesex, Nelson & Sons, 1977, p. 37

²⁵ GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003, p. 50

contratos de Derivativos financeiros²⁶, e em 1973, os primeiros contratos de Opções²⁷ sobre ativos financeiro, instrumentos de hedge²⁸, que possibilitaram a transferência de risco de preço. Dado que o risco é repassado na extensa rede de transações, ele não é de fato eliminado, o que significa que estes dois instrumentos distribuíram os riscos financeiros destas operações para outras direções no sistema financeiro, e incentivaram a prática de atividades especulativas no mercado financeiro, acarretando na maior volatilidade e risco de liquidez nas finanças globais. Neste mesmo ano, Nixon promove uma importante mudança na sua política cambial, substituindo o regime de câmbio fixo pelo câmbio flutuante²⁹. Esta ação gerou uma grande insegurança em relação ao dólar, influenciando na diminuição das reservas de dólares no mundo, o que causou sua desvalorização nos anos seguintes. Apesar de sofrer a desvalorização de sua moeda, com a desvinculação em relação ao ouro, os EUA ganham uma série de vantagens frente aos demais Estados no sistema internacional, que detalharemos mais adiante. Em 1974, Nixon elimina os controles sobre fluxos de capitais americanos, importante passo no processo de desregulamentação financeira, provocando pressões internacionais para derrubar a regulamentação financeira nas demais praças financeiras internacionais. A partir de então, iniciou-se um movimento de integração dos mercados domésticos – a exemplo dos mercados de títulos públicos e privados- acompanhada da abertura dos mercados de câmbio, crédito, títulos e ações, e por fim a globalização das finanças, o que também possibilitou a transformação dos negócios internacionais, estimulando as fusões e aquisições, à exemplo da fusão das Chrysler com a Daimler-Benz, ocorrida no período. Conforme observa Cintra (1997), “a abertura e desregulamentação do sistema monetário e bancário, assim como dos mercados de capitais nacionais, constituíram um espaço financeiro verdadeiramente global, sob comando dos EUA”.³⁰

Outro pilar fundamental no novo direcionamento estratégico americano dado por Nixon foi o papel conferido à diplomacia americana, que, dedicada aos conflitos geopolíticos com a União Soviética e entorno, andou em paralelo à solução bélica. Quanto à política militar, reduziu a participação direta em alguns conflitos, armando, provendo recursos e

²⁶ Títulos financeiros cujo valor futuro deriva do preço à vista de outros ativos

²⁷ Títulos financeiros que conferem a opção de compra ou venda de ativos

²⁸ Ativos que protegem contra possíveis perdas nas operações

²⁹ Câmbio flutuante é o regime cambial que tem como ponteiro para precificação da moeda a sua oferta e demanda no mercado. Já no câmbio fixo, o governo fixa o preço da moeda em relação às demais.

³⁰ CINTRA, Marcos Antonio Macedo. As transformações na estrutura do sistema financeiro dos EUA: a montagem de um novo regime monetário-financeiro (1980-1995). Campinas, IE/Unicamp, 1977. p. 126

assistência aérea para que seus aliados envolvidos nos combates seguissem nas lutas, intervindo quando julgava necessário.

A partir da década de 70, sobretudo depois do desastre do Vietnã e da política de contenção militar na China, a diplomacia americana na Ásia concentrou-se nos aspectos econômicos e financeiros. O processo de mundialização do capital comandado pelos EUA, através da liberalização comercial e financeira e do investimento direto, avançou rapidamente a partir da década de 80 e terminou abarcando a Ásia ressurgente. Esta última etapa, a da globalização financeira, ocorreu junto com o maior e mais duradouro ciclo de crescimento da economia americana no pós guerra enquanto se reduz o ritmo de expansão dos demais parceiros da tríade (Japão e Alemanha) e a Periferia endividada entra em crise.³¹

Quanto à condução da política militar-industrial-tecnológica, reduziu o orçamento destinado à produção de tecnologia militar e ao Programa Espacial, e aproveitou a crescente demanda internacional por eletrônicos para transferir a condução da produção tecnológica da administração do Departamento de Defesa Americano para as forças de mercado. Esta nova dinâmica desenvolveu o complexo tecnológico industrial americano, e reduziu os custos na produção de armamentos bélicos. Nesta esteira, promoveu o desenvolvimento da indústria de telecomunicações, que a princípio serviu para inserir funcionalidades de tecnologia da informação em ferramentas militares, em um segundo momento foi adaptada para uso empresarial, servindo para integrar os sistemas financeiros internacionais e permitir a realização de operações em tempo real, bem como para a comunicação corporativa de modo geral, chegando por fim a atingir o mercado de eletroeletrônicos de uso comum. Durante Nixon, temos alguns marcos no desenvolvimento do telecom, como a criação de uma rede nacional de computadores, pela ARPA (*Advanced Research Projects Agency*) em 1969, a criação do *e-mail* pela empresa *Bolt, Beranek and Newman Technologies*, contratada pelo Departamento de Defesa dos EUA, no mesmo ano, e uma atualização da ARPANET em 1972, tornando sua rede de conexões ainda mais abrangente. Como veremos mais adiante, a vertente de telecomunicações constituiu uma importante ferramenta de projeção internacional dos EUA, sobretudo nas suas contribuições ao processo de financeirização da economia.

9.1- O NOVO REGIME DÓLAR-WALL STREET

A partir da adoção do padrão dólar puro, padrão dólar flexível, ou regime dólar-*Wall Street*, o dólar desvinculou-se do ouro, ou seja, os passivos externos americanos

³¹ FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 126

tornaram-se inconvertíveis ao ouro, nem mesmo existindo uma paridade fixa com outras moedas, em decorrência da adoção do câmbio variável. Para os demais países, com o fim das regras de *Bretton Woods*, e da desregulamentação financeira empreendida por Nixon, este novo cenário significava que a estabilidade de suas moedas deixava de depender exclusivamente da balança comercial, passando também a refletir sua capacidade de obtenção de crédito no mercado financeiro internacional, agora dominado pelas finanças privadas. Outro fato importante, era que a partir dali, os Estados Unidos passava a definir livremente o valor do dólar, tornando os demais países totalmente dependentes dos acontecimentos do mercado financeiro americano e da estabilidade do dólar.

Para compreender melhor o funcionamento do novo regime *dólar-Wall Street* analisaremos o que ele representou de mudança para o mercado das finanças privadas americanas. Em primeiro lugar, como destaca Gowan (2003, p. 52), “é importante observar como os dois pólos desse sistema – o dólar e *Wall Street* – reforçavam um ao outro”.³² De fato, ao observar a relação entre o dólar e sua principal praça financeira, constatamos uma relação de reciprocidade. Em outras palavras, a partir do fortalecimento do dólar no sistema monetário internacional, *Wall Street* tornou-se mais atrativo para os investimentos financeiros internacionais, e simultaneamente, a maior competitividade conferida à *Wall Street*, ampliou o poder do dólar. A partir do domínio do dólar sobre o sistema monetário e sua maior presença no comércio internacional, houve uma crescente demanda por reservas cambiais em dólar, o que atraiu investidores e um maior volume de recursos para *Wall Street*. Com a maior captação de recursos, e projeção internacional, o mercado de valores mobiliários³³ de *Wall Street* tornou-se mais competitivo, proporcionando opções de investimentos mais diversificadas, seguras e rentáveis que as ofertadas nos demais centros financeiros internacionais. Por concentrar um movimentado fluxo de ordens de compra e venda, o centro financeiro americano ganhou maior liquidez³⁴, diversificação, e por tanto mais opções para que os investidores pudessem montar suas cestas e assim reduzir os riscos envolvidos nas operações. Contando com um maior volume de capital, o setor creditício também foi impulsionado, disponibilizando empréstimos e financiamentos à condições mais atrativas que o mercado, o que viabilizou a conquista de *market share* neste segmento.

³² GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003, p. 52

³³ Mercado que oferta de títulos e ações.

³⁴ Velocidade e capacidade da conversibilidade de um ativo em dinheiro

Dessa forma, o tamanho e a profundidade dos mercados financeiros dos Estados Unidos e a força cada vez maior dos operadores financeiros americanos agem como uma atração para que as pessoas coloquem seus recursos no centro da área do dólar ou que levantem fundos nesse centro. E assim, a força de Wall Street reforçou o domínio do dólar como uma moeda corrente internacional.³⁵

Com isso, os EUA ganham inúmeras vantagens econômicas frente aos demais países. Acabamos de ver como esta decisão ampliou a competitividade de *Wall Street* frente às demais praças financeiras do mundo, e agora analisaremos de forma macro, como reforçou as assimetrias entre a economia norte-americana e as economias dos outros países. Conforme Franklin Serrano (2008, p.126), isto pode ser chamado de “armadilha do padrão dólar (...), pois chama a atenção para a rara e paradoxal combinação de um sistema de cambio flexível que mesmo assim tem uma única moeda-chave, que só é conversível nela mesma.”³⁶

Em primeiro lugar, os títulos da dívida pública americana ganharam grande destaque no mercado financeiro internacional: por sua alta liquidez, e por estarem precificados em dólar, moeda utilizada para atividades comerciais e movimentações financeiras no mundo inteiro, tornaram-se rapidamente ativos de reserva da maior parte dos países. Considerando que suas dívidas são emitidas em dólares, e que os Estados Unidos não precisam captar dólar no exterior para comercializar com outros países, já que os mesmos imprimem o próprio dólar, não há restrições para sua balança de pagamentos, podendo gastar mais do que ganha no comércio internacional. Para a dívida externa privada, o racional é mesmo, conferindo grande autonomia às corporações americanas transnacionais quanto à gestão de pagamentos, e da mesma forma, permitindo a livre circulação dos fluxos de capitais de aplicações financeiras por agentes privados, sem grandes prejuízos. Resumidamente, a economia norte-americana conta com facilidades no ajuste de contas externas, que os demais Estados jamais possuíam.

(...) o déficit externo americano é financiado automaticamente na própria transação que o gera, pois todas as importações e todos os passivos externos americanos são denominados e pagos em dólar. Isto torna o ajuste de contas externas americanas totalmente assimétrico. Se ocorrer uma redução significativa do déficit externo americano e/ou uma desvalorização do dólar isto tende a prejudicar os países credores e não os Estados Unidos.³⁷

Além do fato dos passivos externos americanos serem denominados em dólar, devemos considerar outro fato extremamente relevante: são também os EUA que controlam

³⁵ GOWAN, Peter. A Roleta Global. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003, p. 52

³⁶ FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008; p. 122

³⁷ FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008; p. 121

unilateralmente as taxas de juros de curto prazo do dólar, o que significa que é a própria política monetária econômica americana que determina a remuneração de seus próprios passivos externos. Em outras palavras, os EUA determinam os juros da sua própria dívida externa, configurando mais uma vantagem exclusiva da economia norte-americana perante as demais.

Outro aspecto que também deve ser considerado é a relação diretamente proporcional entre o câmbio e o passivo externo líquido, ou seja, considerando um cenário de valorização do dólar, a dívida externa aumenta na mesma medida, e da mesma forma, quando o câmbio está desvalorizado, a dívida é reduzida. Para os demais países, esta relação é inversamente proporcional, ou seja, quanto mais desvalorizada a respectiva moeda, maior é a dívida externa deste país. No caso americano, esta relação entre câmbio e passivo externo é nitidamente privilegiada, porque praticamente a totalidade de sua dívida externa é denominada em dólar, e por outro lado, muitos ativos externos brutos eram denominados em diferentes moedas, sobretudo de países europeus. Desta forma, mesmo com as variações cambiais, o cenário é muito favorável à redução da dívida externa americana:

Este efeito favorável da desvalorização do dólar sobre o passivo externo líquido tem sido tão forte que, apesar das valorizações nominais do dólar naturalmente terem o efeito oposto (de ampliar o passivo externo líquido americano), alguns autores calculam que ao longo dos anos o efeito total das mudanças da taxa de câmbio do dólar foi de tornar o passivo externo líquido americano medido em dólares quase 50% menor do que o valor acumulado (sem juros) dos déficits em conta corrente americanos.³⁸

Outra peculiaridade que economia americana usufrui com o sistema de dólar puro, é sua relação entre o câmbio e o comércio exterior, onde se observa que a desvalorização cambial do dólar impulsiona as exportações, mas pouco afeta as importações. Isto acontece porque os preços internacionais do petróleo e das commodities são precificados em dólar, e mesmo os preços dos produtos diferenciados (também denominados em dólar) pouco oscilam diante de variações cambiais. Conforme comenta Franklin Serrano (2008, p.126), este fenômeno se explica porque “o dólar nunca muda de valor em relação a todas as moedas ao mesmo tempo e na mesma extensão”,³⁹ o que justifica a estabilidade dos preços em dólar, e em última análise, da sustentação do

³⁸ FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008; p. 126-127

³⁹ FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008; p. 128

poder de compra americano no comércio internacional. Por outro lado, quando há variação cambial, e o dólar está desvalorizado, a lucratividade e o volume das exportações americanas são substancialmente elevados. Em síntese, esta dicotomia entre a baixa variabilidade dos custos e volumes de importação frente às variações cambiais, versus a alta interferência do câmbio em benefício exportações, são fatos que ajudam a explicar a alta performance da economia americana, sobretudo em fases de desvalorização cambial.

De modo geral, o domínio financeiro dos Estados Unidos reforçava a hegemonia norte-americana sobre sistema internacional. Acabamos de listar diversas formas pelas quais os americanos beneficiaram-se com a implantação do sistema dólar puro, mas também é importante enxergar como as finanças reforçavam sua hegemonia internacional. Entre os principais pontos, temos a integração do mercado financeiro com o crédito, expandido as funcionalidades da poupança antes restritas à operações bancárias, para outras atividades do mercado financeiro, possibilitando, por exemplo, o desenvolvimento e diversificação do seu mercado de ativos, que atraíam capitais na forma de depósitos, aplicações de curto ou longo prazo, financiamentos, entre outros; a capacidade de centralização do capital por meio das fusões, aquisições, e remessas de capitais atraídas nos seus investidores institucionais; o maior controle do movimento de capitais globais por meio da política monetária americana, sobretudo pelo manejo da taxa de juros básica de curto prazo.

9.2- POLÍTICA ENERGÉTICA E FINANÇAS

A política energética americana baseada no controle da exploração petrolífera foi fundamental ao domínio financeiro norte-americano na década de 1970 e à adesão internacional ao sistema de dólar puro, sobretudo a partir do primeiro choque do petróleo em 1973. Como analisamos anteriormente, visando beneficiar a expansão financeira americana em trânsito, Nixon enxergou no controle dos preços da principal matriz energética mundial, a solução para imputar o novo regime monetário aos demais países, e identificou uma grande oportunidade de reciclagem dos petrodólares - em abundância no mercado europeu - e financiamento das dívidas externas dos países em crise, por meio dos bancos privados internacionais. Robert Gilpin (2004) explica o funcionamento da dinâmica deste mercado:

Podemos datar o início de um sistema financeiro verdadeiramente internacional do meado da década de 1970, quando a Arábia Saudita e outros países exportadores de petróleo, enriquecidos com o aumento dos preços em 1973, investiram seus enormes fundos superavitários no mercado do eurodólar. Com a estagflação imperando no mundo industrializado, os bancos internacionais reciclaram uma quantidade substancial de capitais em eurodólares em direção à países menos desenvolvidos da América Latina e da zona de influência socialista do Leste Europeu.⁴⁰

Neste sentido, é importante considerar que devido à precificação dos barris de petróleo em dólares, existe uma relação de vulnerabilidade entre este mercado e a manutenção da estabilidade do dólar. Da mesma forma, o papel geopolítico do petróleo reforça o dólar como principal moeda internacional, assegurando a manutenção da hegemonia norte-americana. Outro aspecto, é a relação estabelecida entre a forte volatilidade dos preços do petróleo e as decisões de investimentos estratégicos das empresas petrolíferas nas indústrias regionais. Conforme analisado por Fan e Zhu (2008), citados por Qianqian “the investments decisions are affected by uncertainties such as exchange rate, investment environment and oil price volatility.”⁴¹ Em outras palavras, identifica-se que a incerteza macroeconômica gera incertezas para o investimento produtivo em petróleo (e seus derivados), o que acaba canalizando os recursos das grandes corporações petrolíferas para investimentos de portfólio no mercado financeiro, além de trazer maiores riscos na negociação de títulos vinculados à produção desta *commoditie*.

A partir da institucionalização dos mercados futuros, o governo de Nixon viabilizou as operações com *futures* de petróleo e derivados como óleo, que ocorreriam anos mais tarde por outra gestão, em 1983. Além disso, as políticas liberalizantes de Nixon também permitiram que rapidamente papéis relacionados com óleo fossem comercializados no mercado financeiro, e prepararam o setor para os movimentos de fusões e aquisições. Ernani Filho detalha o funcionamento deste sistema:

(...) A integração do mercado de petróleo ao processo de financeirização global teve início nos EUA, principal mercado consumidor e grande produtor. Em lugar de quantidades e preços prefixados, os contratos passaram a ser regidos por expectativas voláteis em um ambiente de incerteza. O princípio de *netback*, posteriormente aceito pela Arábia Saudita e pela OPEP, submeteu os produtores aos preços de curto prazo bem como às curvas de preço a futuro, baseadas em expectativas de desempenho e de liquidez globais da economia mundial, sob comando norte-americano. O cartel dos países exportadores, sob liderança saudita, transformou-se no gerenciador da oferta de forma a garantir que o preço do “ouro negro” se mantivesse dentro de bandas de flutuações prefixadas, pactuadas com os EUA.⁴²

⁴⁰ GILPIN, Robert. O Desafio do Capitalismo Global. São Paulo, Editora Record, 2004, p. 191

⁴¹ ZHU, Qianqian and SINGH, Gurcharan. *The Impacts of Oil Price Volatility on Strategic Investment of Oil Companies in North America, Asia, and Europe*. Buckingham, Buckingham Business School, 2016, p.6

⁴² FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 342-343

Quanto à política de segurança global do mercado petrolífero, passou do condomínio anglo-americano (que perdurou até 1973), para a predominância da Arábia Saudita, que tomou o posto norte-americano de ofertante de última instância. A partir da retirada das tropas britânicas do Oriente Médio, até então responsáveis pela segurança interna e externa dos países da região, a segurança do Golfo Pérsico passou à responsabilidade do Irã e Arábia Saudita, ambos em acordo com os interesses dos Estados Unidos. Esta estabilidade perdurou até a Revolução Iraniana de 1979.

9.3- POLÍTICA MILITAR, INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA

Como vimos anteriormente na contextualização da política militar que antecede Nixon, após a fracassada intervenção direta americana no Vietnã, em 1968, as elevadas despesas militares, e o crescente desgaste interno refletido nas manifestações civis que pediam pelo fim da guerra, houve uma readequação da estratégia militar e política de segurança norte-americana. De acordo com Ravenhill (2005), conforme citado por Gontijo (2019, p.43), “as relações interestatais estavam bem próximas de uma nova era de colaboração” caracterizada pela redução do envolvimento dos EUA no Vietnã, a *detente* com a União Soviética e a aproximação com a China”.⁴³

De fato, a partir de 1969, o governo Nixon adotou uma nova estratégia para seguir no conflito do Vietnã. Apostando na “Vietnamização” da guerra, retirou-se gradativamente do combate direto, limitando-se em fortalecer militarmente o exército do Vietnã do Sul, para que este seguisse na guerra sozinho.

Outra estratégia utilizada por Nixon foi a intervenção diplomática na resolução de conflitos, como fez ao explorar a rivalidade sino-soviética durante a guerra do Vietnã, reaproximando-se da China e paralelamente buscando negociações com a União Soviética para reduzir as tensões. Neste sentido, enviou por diversas vezes seu Conselheiro de Segurança Nacional, Henry Kissinger, à China, e inclusive chegou a visitar pessoalmente Mao Tsé-Tung em 1972, o que deixou a União Soviética temerosa de uma aliança sino-americana. No mesmo ano, Nixon também visitou Moscou de Brezhnev, e abriu diversas conversas para viabilizar uma aproximação comercial com a

⁴³ GONTIJO, Cláudio. A Nova Crise da Hegemonia Americana. Curitiba, Editora Appris, 2019, p. 43

União Soviética, e promoção do controle de armas, rendendo frutos como o Tratado sobre Mísseis Antibalísticos⁴⁴ e SALT I⁴⁵

Com esta estratégia, pressionou a União Soviética para que estabelecessem uma relação de coexistência pacífica, porém, ainda que com menor intensidade, tanto americanos quanto soviéticos continuaram alimentando o conflito do Vietnã, ocorrendo inclusive um ataque americano no Camboja, em total contradição com o discurso diplomático de Nixon. Neste episódio, após a eclosão da guerrilha promovida pelo Partido Comunista do Camboja, apoiada pelo Vietnã do Norte, China e União Soviética, o exército americano bombardeou as bases comunistas no Camboja, também enviando armamentos e ajuda financeira ao governo cambojano e ao exército sul-vietnamita, que guerreou na fronteira com o Camboja, na tentativa de bloquear o avanço das forças comunistas que ocupavam a região. O desfecho deste conflito foi a derrota dos sul-vietnamitas e americanos, que não apenas tiveram que recuar, mas também destruir seus veículos que ficaram para trás, a fim de que não fossem utilizados pelo inimigo. Após esta significativa derrota, que representou altos custos financeiros e humanitários, também vieram à tona na mídia internacional, em 1971, por meio do vazamento de documentos secretos do Departamento de Defesa Americano veiculados pelo *The New York Times*, os crimes de guerra praticados pelo exército americano durante o conflito, fazendo ascender um movimento social de contracultura, com diversos protestos pelo fim da guerra. A partir de então, as tropas americanas em solo vietnamita foram reduzidas, partindo em retirada no ano seguinte, contudo, não foi acompanhada do recuo das forças comunistas do Vietnã do Norte, ocorrendo uma nova ofensiva militar americana na região. Nixon, a partir de cálculos políticos que levavam em consideração sua perda de popularidade caso persistisse na guerra, suspendeu os bombardeios em 1973, com um cessar fogo assegurado na assinatura dos Acordos de Paz de Paris. A guerra acabou apenas dois anos depois, com a vitória das forças comunistas e rendição total das tropas sul-vietnamitas.

(...) não há dúvida que a derrota no Vietnã acabou se transformando num momento decisivo na trajetória da luta americana pelo poder global, porque ali se viabilizou a vitória, dentro do *establishment* da política externa americana, dos que defendiam, e já fazia tempo, a necessidade dos Estados Unidos se desfazerem de seu “comportamento hegemônico” para poder lutar “pela conquista de todo mundo” e a formação de um “império mundial”.⁴⁶

⁴⁴ Acordo firmado entre EUA e URSS que limitava a quantidade de ataques com mísseis antibalísticos.

⁴⁵ SALT I (*Strategic Arms Limitation Talks*) consiste na primeira rodada de conversações sobre o controle de armas nucleares.

⁴⁶ FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 91

Outro conflito com participação americana, que seguiu a estratégia de evitar a confronto militar direto, foi a Guerra de *Yom Kippur*, iniciada em 1973, com os ataques da Síria e Egito contra Israel em Golan e Sinai. Nixon reagiu à ofensiva com a Operação *Nickel Grass*, realizando “a entrega de largas quantidades de armas e suprimentos a Israel por via aérea, assim como solicitou ao Congresso (...) US \$ 2,2 bilhões em ajuda de emergência para seu aliado, incluindo US \$ 1,5 bilhões em doações” (GONTIJO, 2019, p.44).⁴⁷ Como represália, países da Opep triplicaram o preço do barril de petróleo, também reduzindo a sua produção e fornecimento aos EUA e seus aliados, em um duro golpe à economia mundial. Conforme analisamos anteriormente, o choque do petróleo foi instrumentalizado por Nixon para forçar a adesão dos demais países ao dólar puro, aproveitando-se do caos econômico para consolidação da hegemonia financeira norte-americana.

Outro exemplo de intervenção americana sem o envolvimento militar direto, ocorreu em 1970 no Chile, quando Nixon promoveu secretamente um golpe contra o presente esquerdista democraticamente eleito, Salvador Allende. O golpe envolveu um enorme financiamento americano de US \$ 700.000, que custeou a promoção de um movimento de resistência dentro do congresso chileno, greves nas ruas, além da mobilização das forças armadas chilenas. Em 1973, o general Augusto Pinochet então ascendeu ao poder, implantando uma ditadura militar, simpática ao governo norte-americano.

Outra reorientação estratégica dada à política militar fora a redução do orçamento de defesa, o que também envolvia a política industrial e tecnológica, a ela conectada. Até então, a estratégia militar americana de “armamento superior”⁴⁸ justificava o direcionamento de vultosos recursos para a produção de inovações tecnológicas destinadas ao empreendimento militar, que fazia uso dessa tecnologia para fins bélicos, como também para medir forças com a União Soviética. Apesar desta dispendiosa estratégia, com a montagem do complexo militar-industrial-acadêmico, e o massivo investimento em P&D, os EUA lograram com enorme avanço tecnológico, adaptando as tecnologias bélicas para outros fins na comercialização civil, proporcionando inovações e competitividade, sobretudo nas áreas da informática, aeronáutica e eletroeletrônicos. O programa espacial também rendera frutos, a exemplo do lançamento do satélite

⁴⁷ GONTIJO, Cláudio. A Nova Crise da Hegemonia Americana. Curitiba, Editora Appris, 2019, p. 44

⁴⁸ A doutrina da superioridade tecnológica das armas era a visão dominante da classe militar americana no período pós-guerra, que consistia numa visão de que a qualidade técnica das armas era o fator decisivo para o domínio militar.

*Vanguard I*⁴⁹ em 1958. Na era Nixon, o orçamento estatal voltado para inovação foi revisto, ocorrendo inclusive uma importante redução do financiamento do Programa Espacial da NASA⁵⁰, pausando por hora sua competição com a União Soviética, da chamada Corrida Espacial. Conforme enfatiza Medeiros (2004, p. 242), “este viés tecnológico, ao lado da maturidade da indústria eletrônica e o forte corte no orçamento militar ocorrido nos anos 70, foram aspectos importantes na mudança da liderança militar americana sobre seu sistema de inovações.”⁵¹ A exemplo dos grandes avanços tecnológicos conquistados neste período, temos em 1969, a criação de uma rede nacional de computadores, pela ARPA (*Advanced Research Projects Agency*), complementando a nova utilidade de processamento de dados conferida aos computadores, desenvolvida durante o Projeto SAGE⁵² (*Semiautomatic Ground Environment*).

Além da restrição orçamentária da política militar, era notória a demanda mundial por tecnologia moderna, o que influenciou na alocação de recursos para a indústria eletrônica, que passou a tracionar as inovações tecnológicas em lugar da indústria militar. Em outras palavras, se até então, era a indústria militar que ditava as prioridades do desenvolvimento técnico - para só depois passar por adaptações na indústria para uso civil – a partir deste novo momento, o mercado passou a controlar a inovação, buscando desenvolver tecnologias de uso civil e militar, ou seja, mirando em produtos de aplicação ampla. Da mesma forma, projetos militares passaram a preocupar-se em desenvolver tecnologias que pudessem ser rapidamente adaptadas para uso civil. Esta nova estratégia inaugurada nos anos 70, conseguiu reduzir custos por meio da produção em escala, e da otimização dos recursos investidos em P&D, que passaram a ser compartilhados entre as duas indústrias.

Como resultado desses esforços, os Estados Unidos consolidaram-se como grandes fornecedores de tecnologia moderna no comércio internacional. Seu conjunto industrial de alta ponta, reconhecido pela alta produtividade e qualidade, serviu de base para o surgimento de grandes empresas que estrelaram em *Wall Street*, atraindo investimentos internacionais, que ampliaram o domínio americano sobre as demais praças financeiras do mundo.

49A U.S. Navy colocou este satélite em órbita, fazendo demonstrações públicas dos sinais de rádio refletindo na superfície lunar, e retornando para a Terra.

50 *National Aeronautics and Space Administration*

51 FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 242

52 Projeto voltado para a produção de equipamentos e sistemas utilizados na monitoração do espaço aéreo norte-americano

9.4- TELECOMUNICAÇÕES

Inseridas no contexto da estratégia militar americana de “armamento superior”, as pesquisas voltadas para o desenvolvimento de sistemas de processamento de informações, contribuíram para a progressiva substituição da tecnologia analógica pela digital, e para a melhoria dos sistemas de memória. Atendendo aos interesses de suas origens, as tecnologias de telecomunicações serviram como um importante instrumento para as forças militares americanas, viabilizando a reforma da política de segurança, com a criação de novas estratégias de combate baseadas no uso intensivo de tecnologias da informação e permitindo uma maior dispersão das forças militares, ataques de longa distância, com alta eficiência e baixos riscos.

Com a consequente evolução da engenharia de sistemas, da tecnologia de transmissão de dados, e da descoberta de novos materiais semicondutores, sobretudo após o projeto SAGE e a criação do ARPA, os Estados Unidos então despontaram na área de comunicação de dados e no controle das redes de informações, também dominando a tecnologia de satélite. Em seguida, as inovações originalmente pensadas para o empreendimento militar foram adaptadas para o uso empresarial, sendo exploradas principalmente nas telecomunicações.

Na esteira produtiva da unificação dos sistemas de comunicações militares, como realizado na criação do *Defense Communications Systems*⁵³ em 1960, o projeto ARPA Networks (ARPANET) desenvolveu em 1966, em parceria com o MIT, uma rede cooperativa que permitia interações sociais distribuídas em tempo real, conectando a dispersa rede de pesquisadores das principais universidades americanas. Em 1972, durante o governo Nixon, a ARPANET inclusive passou por uma atualização, ampliando sua rede de conexões. Em 1969, veio a criação do *e-mail* pela empresa *Bolt, Beranek and Newman Technologies*, contratada pelo Departamento de Defesa dos EUA, seguida por sucessivas atualizações na tecnologia de processadores, e pela utilização da tecnologia de satélite na transmissão de dados.

Em outra frente, ocorriam outras transformações que contribuiriam para a absorção das inovações de telecom no mercado internacional, tais como a maior abertura dos mercados provida pela política externa americana, o aprofundamento da Divisão

⁵³ Sistema que unificou os sistemas de comunicação da *U.S. Army*, *U.S. Navy* e *AirForce*

Internacional do Trabalho com a expansão das multinacionais (sobretudo companhias americanas), e por fim, com a maior expansão e aprofundamento dos mercados financeiros internacionais, intensificados pela atuação concorrencial de Wall Street. Há de se considerar outros elementos que também beneficiaram o pleno desenvolvimento da indústria das telecomunicações:

(...) o domínio de novos materiais e condutores, a diminuição de custos e o tamanho dos componentes, aliados ao desenvolvimento da microeletrônica, criava novos serviços e aplicações que se difundiram globalmente, promovendo um crescimento do tráfego internacional. Dotados de maior poder, os mercados conduziram a indústria e a prestação de serviços de telecomunicações em direção a um novo ciclo de crescimento e acumulação (...)⁵⁴

Outro fator que influenciou diretamente na difusão das inovações de telecom americanas, fora a política de liberalização dos mercados financeiros, gerando uma maior necessidade por tecnologias que proporcionassem maior agilidade processual, mais “adequadas” ao ritmo do mundo dos negócios, estimulando, por fim, a integração das infraestruturas globais de telecomunicações e à adoção de tecnologias que proporcionassem a realização de operações financeiras em tempo real. Em outra frente, os EUA exerceram uma pressão internacional para a privatização das operadoras globais, que até então estavam sob o controle de estatais, contando com a ajuda do FMI para a imposição de condições contratuais voltadas para este setor, sobretudo na sua relação com países periféricos. Ficava cada vez mais transparente a estratégia hegemônica americana baseada no domínio financeiro e centralização do capital, disfarçada pela democratização da informação pela difusão do ideal liberal, conforme conclui Gloria Moraes (2004):

As novas empresas de alta tecnologia, principalmente as ‘ponto.com’, imprimiram vigor às bolsas e ao mercado de derivativos, promovendo fusões e aquisições, valorizando ao máximo suas ações e acelerando a financeirização da riqueza. Por trás dos benefícios de um mundo globalizado, democratizado e integrado pela informação, iniciou-se um poderoso ciclo de expansão e de centralização de capital cujo epicentro emanava dos EUA.⁵⁵

Por final, a partir da expansão do mercado das telecomunicações, que também passou a dominar o mercado com a produção de equipamentos eletroeletrônicos de usos variados, operadores financeiros privados americanos destinaram grandes volumes de crédito para o setor, também participando ativamente dos processos de fusão e aquisição das empresas de telecom. A partir da maior conexão entre o setor e os mercados financeiros,

⁵⁴ FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 368

⁵⁵ FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004. p. 376

grandes operadoras de telecomunicações realizaram a abertura de *IPO's*⁵⁶, realizando a emissão de títulos que movimentaram os sistemas financeiros internacionais, sobretudo o circuito de *Wall Street*. Com este movimento, os EUA projetaram sua infraestrutura de telecomunicações para fora de seu território, impondo seu modelo mundialmente, e em última análise transformando para sempre a gestão financeira e produtiva internacional por meio destas novas tecnologias.

10- O LEGADO DE NIXON NAS FINANÇAS GLOBAIS

Podemos destacar algumas políticas de Nixon que influenciaram no desenvolvimento dos sistemas financeiros de outros países. Entre elas, observa-se a desregulamentação do sistema financeiro privado americano, e o estreitamento das relações entre a praça financeira americana e *City Londrina*, seu satélite. Conforme citamos anteriormente, são exemplos desta política de desregulamentação a remoção de controles sobre a conta de capital e a derrubada do teto para operações creditícias.

A crescente desregulamentação financeira americana e o funcionamento *offshore* da *City Londrina*, desencadearam importantes reflexos nos sistemas financeiros internacionais. Abrindo precedentes para que os operadores privados das demais praças pressionassem seus respectivos governos por flexibilizações na regulamentação que incidia sobre suas operações, esta medida derrubou as barreiras que existiam ao domínio de *Wall Street* sobre os fluxos de capitais financeiros internacionais, colocando operadores e economias nacionais em posição de extrema vulnerabilidade. Em última análise, o sistema financeiro americano tornou-se tão poderoso, que passou a moldar a estrutura regulatória dos demais sistemas financeiros nacionais de acordo com os interesses dos seus operadores. A reafirmação do poderio do dólar também gerou uma maior sensibilidade no câmbio dos demais países em relação às variações do dólar, aos acontecimentos do mercado financeiro americano e às decisões de Washington, principalmente sobre o tema regulatório. Conforme resume Peter Gowan (2003, p.59) “em uma crise de um sistema financeiro nacional, o próprio Estado americano poderia abrir todo o sistema capitalista estatal com o objetivo de ser redesenhado segundo os interesses do capitalismo americano”.⁵⁷

⁵⁶ *Initial Public Offering*, é a primeira oferta pública de ações de empresas na bolsa de valores.

⁵⁷ GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003, p. 59

Considerando o alto grau de exposição das finanças internacionais ao poder americano, constatam-se de fato expressivas reverberações nas atividades financeiras internacionais em resposta à administração monetária e financeira americana. Citando alguns sintomas destas interferências, temos: a instabilidade monetária internacional, com violentas oscilações cambiais das principais moedas internacionais, em decorrência da aversão americana à regulamentação financeira e da senhoriagem do dólar; a oscilação dos fluxos internacionais de crédito, desestabilizando a oferta de crédito, refletindo a gestão monetária americana, e seus próprios interesses; as crises financeiras internacionais, e as crises nos setores produtivos, mediante à liberalização financeira estimulada pelos Estados Unidos (há também momentos em que a regulamentação é estimulada sob o ângulo dos interesses americanos, à exemplo do Acordo *Basle*⁵⁸ em 1988); a crescente perda de autonomia dos Estados sobre a atividade financeira de seus agentes privados, tornando-os progressivamente mais vulneráveis ao capital americano. O FMI também passou a ser utilizado como instrumento ideológico na disseminação dos valores neoliberais, a serviço do domínio dos Estados Unidos.

É importante destacar que o mercado financeiro americano influenciou não apenas no desenvolvimento do sistema financeiro internacional e na desregulamentação dessas atividades, como também influenciou na determinação de certas características deste sistema, como se verificou na difusão da cultura especulativa. Neste sentido, protagonizou a criação de instrumentos de transferência de riscos, a exemplo do desenvolvimento do mercado securitizador e de instrumentos de *hedge*, iniciativas que tornaram o ambiente financeiro cada vez mais volátil e especulativo. Estas características rapidamente disseminaram-se nas operações financeiras globais, estando presentes até os dias atuais, e contribuindo diretamente para a formação de bolhas financeiras, responsáveis pelas maiores crises do capital.

Outro efeito generalizado foi a emersão das finanças privadas como centro das operações financeiras internacionais, em lugar do protagonismo anteriormente ocupado pelos bancos centrais. Dentro deste contexto, os agentes financeiros de *Wall Street* e *City* passaram a operar com maior volume e intensidade nos mercados financeiros nacionais e internacionais, agitando as demais praças financeiras com seu poder competitivo, resultando na expansão das operações privadas internacionais. Confirmando esta tendência, constata-se um expressivo aumento do fluxo financeiro

⁵⁸ Acordo entre Estados Unidos e Inglaterra, definindo bases para a supervisão bancária internacional. Seu principal objetivo era incentivar a compra de títulos do governo americano.

nos anos seguintes à gestão Nixon, evidentemente intensificado pela atuação dos posteriores governos americanos, sobretudo as políticas de Reagan.

(...) ao se comparar o volume de empréstimos bancários internacionais, e das operações com títulos entre 1975 e 1990: os financiamentos bancários passaram de 40 bilhões de dólares em 1975 para bem mais de 300 bilhões em 1990; durante o mesmo período, as operações com títulos cresceram quase dez vezes, de 19 bilhões para mais de 170 bilhões.⁵⁹

Não entraremos em detalhes sobre o mandato Reagan, mas podemos citar como principais contribuições para a expansão dos mercados financeiros internacionais, a permissão à operação de agências bancárias internacionais, a assinatura da lei *Garn-St. Germain Depository Institutions Acts* em 1982, instrumento que regulamentou as instituições de depósito e poupança, o fim das restrições aos empréstimos hipotecários, entre outras medidas que não apenas influenciaram no *boom* das atividades financeiras privadas internacionais, mas que também disseminaram a filosofia do *laissez faire* na administração regulatória deste setor. Como consequência, houve sequelas aos sistemas financeiros internacionais que perduram até os dias atuais, como a elevação dos riscos envolvidos nas operações do mercado financeiro, a maior exposição à inadimplência, e todos os insumos que levaram às crises financeiras internacionais da contemporaneidade. É importante considerar que a desregulamentação financeira, e a consequente expansão dos sistemas financeiros internacionais, não propulsionou apenas *Wall Street* (embora de fato esta praça tenha sido a mais beneficiada), mas também fez efervescer os demais centros financeiros internacionais, como o de Londres, Tóquio, Cingapura, Frankfurt, Zurique, Hong Kong, entre outros.

Por fim, devemos destacar que a conjunção dos processos de desregulamentação dos mercados financeiros, liberalização monetária e financeira, securitização das dívidas e criação de instrumento de *hedge*, contribuiu diretamente para a homogeneização nas estruturas das instituições de crédito, dos ativos comercializados, ao predomínio dos investimentos de curto prazo e à generalizada vulnerabilidade deste mercado às variações das taxas de juros e inflação. Conforme analisa Robert Gilpin (2004):

A integração dos mercados financeiros globais teve um impacto significativo na economia política (...), através do aumento da interdependência monetária e financeira das economias nacionais. A integração do mercado financeiro significa que as políticas de um país exercem um impacto considerável no bem-estar econômico de outros países. Um exemplo: se o país A eleva suas taxas de juros, para diminuir as pressões inflacionárias internas, essas taxas mais altas atrairão capitais de outros países com taxas de juros mais baixas, e o aumento no estoque de moeda do país A contribuirá para as pressões inflacionárias que se pretendia combater com taxas mais altas de juros. Simultaneamente, a atividade econômica é reduzida nas economias nas quais

⁵⁹ GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003, p. 55

há fuga de capitais. Dessa maneira, a integração dos mercados financeiros nacionais efetivamente reduz a autonomia das políticas macroeconômicas.⁶⁰

11- CONCLUSÃO

A partir da análise das diretrizes do Governo Nixon, bem como da geopolítica americana e sua busca pelo reforço da hegemonia dos Estados Unidos na década de 70, é possível concluir que há contribuições diretas do poder americano ao desenvolvimento, aprofundamento e integração dos sistemas financeiros internacionais.

Destacando suas principais contribuições nas diversas frentes, temos em primeiro lugar a condução político-econômica de seu governo, marcada pelo rompimento definitivo com *Bretton Woods* em 1971, com o fim da conversibilidade ao ouro e a adoção do dólar puro; em 1973, a articulação da crise do petróleo e a adoção do câmbio flutuante; em 1974, o fim do controle sobre capitais, com a desregulamentação financeira a nível nacional, e as pressões para o desregulamento financeiro internacional. Importante destacar que a articulação do choque do petróleo, constituiu o golpe final dos americanos sobre a economia internacional, episódio responsável pelo enorme endividamento dos países, transformando definitivamente o sistema monetário internacional em um sistema de dólar puro. Com isso, o poder americano colocou as instituições financeiras privadas no centro do sistema financeiro internacional, possibilitando a reciclagem dos petrodólares pelos bancos privados americanos, e a expansão do mercado creditício americano. Em última análise, provocou a maior dependência internacional em relação ao dólar e promoveu uma enorme captação de recursos para *Wall Street*. Em decorrência da maior dependência internacional do dólar, houve uma crescente demanda por esta moeda, e também por títulos de dívida pública americanos, utilizados como reservas cambiais. Acompanhando sua relação de reciprocidade com o dólar, *Wall Street* decolou como principal praça financeira internacional, atraindo cada vez mais investidores internacionais e fluxos financeiros, dado o grande volume de recursos que concentrava, além da grande diversidade de opções para investimentos que oferecia, entre eles, ativos mais rentáveis e seguros que o resto do mundo. Sua popularidade também conferia maior liquidez ao sistema, o que a tornava ainda mais competitiva.

⁶⁰ GILPIN, Robert. O Desafio do Capitalismo Global. São Paulo, Editora Record, 2004, p. 106

Empreendendo a desregulação do sistema monetário e bancário, com o fim dos controles sobre capitais, o fim do teto às remessas de crédito que seus bancos poderiam movimentar, e a integração do mercado financeiro e creditício, promoveu a livre circulação dos fluxos financeiros, pressionou os demais sistemas financeiros a derrubarem a regulamentação no setor e provocou a fragilização da autonomia dos governos locais no controle sobre as movimentações de recursos. Neste processo, *Wall Street* tornou-se ainda mais competitivo, atraindo recursos de outras praças financeiras, e estabelecendo uma densa rede de conexões no sistema financeiro internacional, levando portanto à integração dos mercados domésticos e à integração dos sistemas financeiros internacionais (ainda que não seja uma integração total). Com a globalização das finanças, colateralmente observou-se também o movimento de concentração dos arranjos produtivos, como representado pelo surgimento das fusões e aquisições. Outro efeito da desregulamentação fora o surgimento de novos ativos financeiros mais arrojados, que em consonância com as fortes variações cambiais, também levaram à criação de Derivativos financeiros e o Mercado de Opções neste período, instrumentos de *hedge* que buscavam contornar os riscos envolvidos nas operações. Contudo, o risco não era verdadeiramente dissipado, apenas sendo espalhado ao longo da cadeia de investimentos, acarretando na elevação dos riscos de liquidez, formação de bolhas e crises financeiras.

Na condução da política de segurança, também é possível observar algumas medidas que convergiam com a estratégia de domínio financeiro americano. Entre elas, temos a busca pelo controle sobre a produção e precificação do petróleo, aproximando-se à OPEP, vertente fundamental à manutenção do poderio do dólar e à estabilidade econômica internacional; a reorientação da estratégia militar, colocando o complexo-militar-industrial-acadêmico sob o controle do mercado, reduzindo as despesas estatais com o orçamento militar e gastos em P&D, e ao mesmo tempo otimizando os esforços inovativos para produção de tecnologias de uso dual (civil e militar). Com isso, o complexo industrial-tecnológico americano continuou servindo às demandas por armamentos bélicos de ponta, mas também consolidou o domínio americano sobre o mercado de eletroeletrônicos, em vista da crescente demanda internacional por tecnologias modernas. Esta estratégia também logrou em captar investimentos financeiros internacionais, a partir da abertura de capital destas empresas em *Wall Street*. Inseridos neste contexto, estão os avanços tecnológicos na área de telecomunicações e tecnologia da informação. Inicialmente atendendo a demandas militares, a indústria de

telecom americana avançou no desenvolvimento de tecnologias de processamento e comunicação de dados, desenvolvendo soluções para comunicação em tempo real integradas às redes de computadores, culminando na criação da internet e do e-mail.

Para incentivar a difusão destas tecnologias, o governo americano estimulou o emprego destas inovações para uso corporativo pelas multinacionais americanas, bem como no mercado financeiro. De fato, esta tecnologia foi utilizada largamente na integração dos sistemas financeiros internacionais, que demandavam ferramentas ágeis para processamento dos *trades*, e comunicação em tempo real entre os centros financeiros. Desta forma, estas tecnologias também contribuíram no processo de integração e expansão do sistema financeiro internacional, difundindo o modelo americano de comunicações, sendo instrumentalizadas neste movimento de abertura de mercados, aprofundamento da Divisão Internacional do Trabalho (com a expansão das multinacionais), e possibilitando maior extensão e competitividade da atividade financeira, como um todo.

Analizando o direcionamento de Nixon nas frentes econômica, militar, energética, tecnológica e política, notamos a coordenação das diversas agendas, promovendo a hegemonia financeira americana, como novo pilar da projeção do poder americano na esfera internacional. Transformando para sempre a dinâmica das relações financeiras internacionais, o reforço da hegemonia americana no sistema internacional tornou-se a grande responsável pelo desenvolvimento do sistema financeiro internacional e na construção do mercado financeiro como temos nos dias atuais. Em outras palavras, houve a influência direta do poder americano na expansão dos sistemas financeiros internacionais, com foco nas finanças privadas, como consequência do próprio domínio de *Wall Street* sobre as finanças privadas internacionais.

12- REFERÊNCIAS

CARVALHO, Fernando Cardim. *Bretton Woods* aos 60 Anos. Rio de Janeiro, Novos Estudos, 2004;

CINTRA, Marcos Antonio Macedo. As transformações na estrutura do sistema financeiro dos EUA: a montagem de um novo regime monetário-financeiro (1980-1995). Campinas, IE/Unicamp, 1997;

FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008;

FIORI, J. L. et al. O Poder Americano. São Paulo, Editora Vozes, 2004;

GILPIN, Robert. A Economia Política nas Relações Internacionais. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002;

GILPIN, Robert. O Desafio do Capitalismo Global. São Paulo, Editora Record, 2004;

GONTIJO, Cláudio. A Nova Crise da Hegemonia Americana. Curitiba, Editora Appris, 2019;

GOWAN, Peter. A Roleta Global. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003;

HELLEINER, Eric. Explaining The Globalization of Financial Markets: Bringing States Back In. Review of International Political Economy, 1995;

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões. Petrópolis, Editora Vozes, 2012;

POLANIY, Karl. A Grande Transformação. Boston, Beacon Press, 1957;

STUBBS, Richard and UNDERHILL, Geoffrey R. D. *Political Economy and the Changing Global Order. London, The Macmillan Press LTD*, 1994;

WILLIAMSON, John. *The Failure of International Monetary Reform, 1971-1974. Sunbury-on-Thames, Middlesex, Nelson & Sons*, 1977;

ZHU, Qianqian and SINGH, Gurcharan. *The Impacts of Oil Price Volatility on Strategic Investment of Oil Companies in North America, Asia, and Europe. Buckingham, Buckingham Business School*, 2016;

